



**MINUTA DO PRIMEIRO TERMO  
ADITIVO AO CONTRATO N.º 31/2015,  
FIRMADO ENTRE A AGÊNCIA  
NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR  
- ANS E O G4F SOLUÇÕES  
CORPORATIVAS LTDA**

A **AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS**, Autarquia Especial, vinculada ao Ministério da Saúde, criada pela Lei n.º 9.961, de 28 de janeiro de 2000, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.589.068/0001-46, com sede à Avenida Augusto Severo, n.º 84, Edifício Barão de Mauá, Glória, na cidade do Rio de Janeiro – RJ, doravante denominada ANS, neste ato representado pelo Gerente Geral de Administração e Finanças, Mauricio Nunes da Silva, inscrito no RG sob o n.º 09120976-7 – DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o n.º 012.428.137-05, Mat. SIAPE sob o n.º 2500578, residente e domiciliado nesta cidade, nomeado pela Portaria n.º 7.464, de 21 de agosto de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 24 de agosto de 2015, Seção II, página 32, consoante à competência que lhe foi delegada pelo Diretor-Presidente da ANS, nos termos do Regulamento de Licitações e Contratações da ANS, aprovado pela Resolução Administrativa – RA n.º 47, de 19 de dezembro de 2011 e, do outro lado a empresa **G4F SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 07.094.346/0001-45, sediada na SHIN CA 05, Lote “F”, Loja 09 SE, Ed. San Raphael, Lago Norte, em Brasília/DF, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Elmo Toledo Lacerda, portador da Carteira de Identidade n.º 2.754.057, expedida pela SSP/DF, e CPF n.º 533.001.226-00, em observância às disposições da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 2, de 30 de abril de 2008 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo, além da legislação correlata e autos do Processo n.º 33902.632580/2014-06, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1** O presente Termo Aditivo tem por objeto:

**1.1.1** A prorrogação da vigência contratual por mais um período de 12 (doze) meses, iniciando-se a referida prorrogação em 22 de junho de 2016 e com término previsto para 22 de junho de 2017, com fulcro no inciso II do artigo 57 da Lei n.º 8.666/93;

**1.1.2** A retificação do preâmbulo do Contrato, passando a considerar o CNPJ n.º 07.094.346/0001-45, com fulcro no artigo 65 da Lei n.º 8.666/93.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Fica resguardado o direito de a Contratada solicitar a repactuação do de preços, com base na Convenção Coletiva de Trabalho 2016/2017, desde que cumpridos os requisitos estabelecidos na Instrução Normativa n.º 02/2008/SLTI/MPOG e posteriores alterações.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS**

**2.1** O valor mensal da contratação permanece em R\$ 187.586,42 (cento e oitenta e sete mil, quinhentos e oitenta e seis reais e quarenta e dois centavos), perfazendo o valor anual de R\$ 2.251.037,04 (dois milhões, duzentos e cinquenta e um mil e trinta e sete reais e quatro centavos).

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**3.1** As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo correrão, no exercício de 2016, à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União a cargo da ANS, sob a seguinte classificação: Fonte 0174, Programa de Trabalho Resumido 090741 e Natureza de Despesa 339039.

**3.2** As despesas do exercício seguinte e em caso de prorrogação deste contrato correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União a cargo da ANS, nos respectivos exercícios.

### **CLÁUSULA QUARTA - DO EMPENHO DA DESPESA**

**4.1** Para atender às despesas do presente Termo Aditivo foi providenciada a Nota de Empenho nº 2016NE\_\_\_\_\_.

### **CLÁUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO**

**5.1** A ANS providenciará a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura para ocorrer no prazo máximo de vinte dias, daquela data.

### **CLÁUSULA SEXTA - DA RATIFICAÇÃO**

**6.1** Ficam ratificadas todas as demais cláusulas constantes do Contrato nº 31/2015, desde que não colidentes com as presentes cláusulas.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

**PELA ANS**

**PELA CONTRATADA**

\_\_\_\_\_  
**MAURICIO NUNES DA SILVA**  
Gerente Geral de Administração e Finanças

\_\_\_\_\_  
**ELMO TOLEDO LACERDA**  
Diretor-Executivo

**TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_  
NOME:  
CPF:

\_\_\_\_\_  
NOME:  
CPF:



Relatório nº 100/2016/COGEC/GECOL/GGAFI/DIGES/ANS

Rio de Janeiro, 17 de março de 2016.

### À Gerência de Contratos e Licitações – GECOL

Processo nº: 33902.632580/2014-06.

Assunto: Verificação da documentação necessária para prorrogação do Contrato nº 31/2015, com confecção da Minuta do Termo Aditivo.

Prezado Sr. Jorge Simões de Jesus Júnior,

1. O presente relatório trata da verificação dos requisitos para a pretendida prorrogação contratual do Contrato nº 31/2015, firmado com a G4F SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA, cujo objeto é a prestação de serviços de apoio administrativo, nas funções de auxiliar de serviços de suporte e líder de turma, para atender às necessidades da Gerência Geral de Ressarcimento ao SUS - GGSUS.

### DOCUMENTAÇÃO:

2. A verificação dos requisitos supracitados foi realizada com base nos seguintes documentos:
- a) Despacho nº 1535/2015/COGEC/GECOL/GGAFI/DIGES/ANS, fl. 812;
  - b) Memorando nº 261/2015/GEIRS/DIDES, fls. 813/814;
  - c) Correspondência eletrônica de manifestação de interesse na prorrogação contratual, fl. 815.
  - d) Declarações de habilitação da Contratada, fls. 816/817;
  - e) Correspondência eletrônica de solicitação de informações complementares aos fiscais do contrato, fl. 818;
  - f) Despacho nº 0117/2016/GECOL/GGAFI/DIGES/ANS, fl. 819;
  - g) Ofício nº 30/2016/GEIRS/DIDES/ANS, fl. 820;
  - h) Ofício nº 070/2016/G4F, fl. 823;
  - i) Declaração do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), fl. 824/825;
  - j) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), fl. 826;
  - k) Certidão Negativa para Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ, fl. 827;
  - l) Cópia da Nota Técnica nº 4289/2015/GEIRS/DIDES, fl. 829/830;
  - m) Despacho nº 5/2016/GEIRS/DIDES, fl. 831;
  - n) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, consultada no portal da Receita Federal (fls. 832/833);
  - o) Declaração Negativa no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas, informada pela Controladoria-Geral da União (CGU), fl. 834;
  - p) Consulta ao Cadastro de Inadimplentes do Governo Federal (CADIN), fls. 835/836.

### RETIFICAÇÃO DO CNPJ DA CONTRATADA:

3. Anteriormente à verificação da prorrogação contratual, insta observar que foi identificada a divergência entre o CNPJ constante no preâmbulo do Contrato nº 31/2015 (fl. 778)

e o citado durante o curso processual, como, por exemplo, a ata de realização do pregão eletrônico (fls. 757/763), a nota de empenho (fl. 773), a publicação do contrato no DOU (fl. 782) e certidões de regularidade da contratada.

4. Em vista disso, realizou-se diligência junto ao portal da Receita Federal de modo averiguar o CNPJ nº 07.520.075/0001-38, onde se constatou a inexistência do mesmo (fl. 832). Do mesmo modo, conferiu-se também o CNPJ nº 07.094.346/0001-45 (fl. 833), cuja numeração representa corretamente os dados da empresa G4F.

5. Diante da averiguação dos documentos constantes nos autos, acredita-se que, por equívoco, tenha ocorrido falha no registro desse dado à época da confecção do contrato. Ainda, cumpre observar que a pretendida retificação não traz reflexos à execução contratual.

6. Desta forma, considerando atendidos os requisitos para alteração contratual e com base no art. 65, da Lei nº 8.666/1993, a partir da prorrogação, solicita-se considerar o **CNPJ nº 07.094.346/0001-45**.

### **PRORROGAÇÃO:**

7. Com o objetivo de realizar a pretendida prorrogação do contrato, a Administração observando o preconizado no art. 57 da Lei 8.666/1993, assim como a IN nº 02/2008/SLTI/MPOG, estruturou o exame da prorrogação em tópicos de modo a facilitar a compreensão do feito.

#### A) Constar sua previsão no contrato.

8. O Contrato nº 31/2015, em sua Cláusula Segunda, prevê a possibilidade de prorrogação contratual, desde que o mesmo não ultrapasse o limite de 60 (sessenta) meses de duração, fl. 778.v..

9. Nesse sentido, o parágrafo 1º, do art. 30-A, da Instrução Normativa nº 02/2008/SLTI/MPOG, corrobora o supracitado, caracterizando da seguinte forma:

*"Art. 30-A (...)*

*"§ 1º Os contratos de serviços de natureza continuada poderão ser prorrogados, a cada 12 (doze) meses, até o limite de 60 (sessenta) meses, quando comprovadamente vantajosos para a Administração, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos (Redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)."* (grifou-se).

10. Considerando que, em 22 de junho de 2016, data do término da vigência atual, o Contrato alcançará o quantitativo mensal acumulado de apenas 12 (doze) meses, a prorrogação poderá ocorrer, no amparo legal, pelo período de 12 (doze) meses, findando seu vigor em 22 de junho de 2017.

#### B) Houver interesse da Administração e da empresa contratada

11. No tocante ao interesse da Administração, a fiscalização relata o interesse em prorrogar o Contrato pelo período adicional de 12 (doze) meses, por meio de correspondência eletrônica acostada à fl. 815.

12. Já em relação ao interesse da Contratada, o mesmo foi observado na correspondência eletrônica referida acima (fl. 815), onde a Empresa afirmou "*manifestamos a*

nossa anuência e interesse em renovar o contrato nº 31/2015 nas mesmas condições, salvo direito à repactuação".

C) For comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação

13. De modo a comprovar a habilitação da empresa G4F, a fiscalização do contrato juntou aos autos a Declaração do SICAF (fl. 824), a CNDT (fl. 826), Certidão Negativa para Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ (fl. 827), Declaração Negativa no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas, informada pela CGU (fl. 828).

14. Na forma de documentação complementar, a Contratada enviou a Declaração Inexistência de Fatos Impeditivos para sua habilitação no presente contrato (fl. 816), além da Declaração Negativa que emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e também não emprega menores de dezesseis anos (fl. 817).

15. Esta Gerência de Contratos e Licitações (GECOL) ainda realizou consulta ao CADIN, onde foi observada a **existência de Débitos** perante a Administração Pública Federal (fl. 835/836), entretanto, conforme jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) <sup>1</sup>, a inscrição de empresa no CADIN não é fator impeditivo para a sua contratação:

*Ao apreciar a prestação de contas da Refinaria Alberto Pasqualini S.A. – Refap, relativa ao exercício de 2003, a Segunda Câmara, por intermédio do Acórdão n.º 5.502/2008, julgou regulares com ressalva as contas dos responsáveis e expediu determinações à entidade (item 1.7), dentre elas: “1.7.3. não contrate com qualquer empresa de um grupo em que haja ente inscrito no Cadin (Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal), mesmo na qualidade de consórcio, nos termos do art. 6º, inciso III, da Lei 10.522/2002;”. Contra a aludida determinação, a Refap interpôs recurso de reconsideração, alegando “não existir qualquer norma que impeça que o grupo Petrobras, no qual está incluída a REFAP, contrate empresas inscritas no CADIN”. Além disso, “não vislumbra o caráter determinante quanto ao destino da contratação no art. 6º, inciso III da Lei n.º 10.522/2002, pois o texto legal exige a consulta, mas não estabelece o impedimento de contratação com empresas inscritas naquele cadastro. Verifica que se trata de norma restritiva e que, por esta razão, não pode ser interpretada de forma ampliativa.”. Em seu voto, o relator destacou que o art. 6º, III, da Lei n.º 10.522/2002, “não veta, de modo absoluto, a celebração de contratos com empresa inscrita no Cadin, vez que o citado artigo de lei prescreve apenas quanto à consulta prévia ao Cadin”. Dessa forma, não há vedação legal para a contratação de empresas inscritas no Cadin. Permanece em vigor a obrigatoriedade de consulta prévia ao cadastro, pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta, para a celebração de contratos que envolvam o desembolso de recursos públicos. Trata-se de medida de pouca efetividade prática, uma vez que a inscrição ou não no Cadin não trará qualquer consequência em relação às contratações a serem realizadas.”. Acolhendo o voto do relator, deliberou o Colegiado no sentido de dar provimento parcial ao recurso para tornar insubsistente o subitem 1.7.3 do Acórdão n.º 5502/2008-2.ª Câmara. Acórdão n.º 6246/2010-2ª Câmara, TC-009.487/2004-8, rel. Min. Raimundo Carreiro, 26.10.2010*

D) For constado em pesquisa no mercado que os preços contratados permanecem vantajosos para a Administração

16. Quanto à comprovação da vantagem econômica do Contrato, consigna-se que a mesma é dispensada para o presente caso, uma vez que o Contrato nº 31/2015 tem sua natureza

<sup>1</sup> Fonte: [http://www.tcu.gov.br/Consultas/Juris/Docs/judoc%5CAcord%5C20101105%5CAC\\_6246\\_37\\_10\\_2.doc](http://www.tcu.gov.br/Consultas/Juris/Docs/judoc%5CAcord%5C20101105%5CAC_6246_37_10_2.doc).

continuada <sup>2</sup> e que os reajustes pertinentes ocorrerão a partir da homologação da Convenção Coletiva de Trabalho, nos termos dispostos no parágrafo 2º, do art. 30-A, da IN nº 02/2008/SLTI/MPOG:

*“Art. 30-A Nas contratações de serviço continuado, o contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, que objetiva a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, conforme estabelece o art. 57, inciso II da Lei nº 8.666, de 1993 (grifou-se)”*

*§ 2º A vantajosidade econômica para prorrogação dos contratos de serviços continuados estará assegurada, sendo dispensada a realização de pesquisa de mercado, quando o contrato contiver previsões de que: (Redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)*

*I - os reajustes dos itens envolvendo a folha de salários serão efetuados com base em convenção, acordo coletivo ou em decorrência de lei (Redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)”*

E) Estiver justificada e motivada por escrito

17. Este requisito encontra-se preenchido no Memorando nº 261/2015/GEIRS/DIDES (fls. 813/814), complementado pelo Despacho nº 5/2016/GEIRS/DIDES (fl. 831), onde a gestão do contrato apresenta a documentação e as justificativas pertinentes acerca da prorrogação.

F) Estiver previamente autorizada pela autoridade competente

18. Com a intenção de realizar o cumprimento do item acima, sugere-se que o processo seja submetido à autorização do Gerente Geral de Administração e Finanças (GGAFI), previamente ao encaminhamento à Gerência de Consultoria Administrativa (GEADM) para análise e emissão de parecer jurídico.

G) Requisitos Diversos:

I - Custos fixos ou variáveis amortizáveis após o primeiro ano de contratação

19. Em relação aos índices fixos passíveis de negociação <sup>3</sup>, a fiscalização do contrato realizou a negociação junto à empresa G4F, por intermédio do Ofício nº 30/2016/GEIRS/DIDES/ANS (fl. 820). Entretanto, a Contratada redarguiu no sentido da impossibilidade da redução/supressão mediante Ofício 070/2016/G4F (fl. 823), conforme itens “a”, “b” e “c”.

II- Manifestação quanto à redução estabelecida no Parágrafo Único, do Decreto nº 8.540/2015 e observância da essencialidade do objeto, em conformidade com o art. 3º, do Decreto nº 8540/2015.

20. A fiscalização do contrato, por meio do Memorando nº 261/2015/GEIRS/DIDES (fl. 813/814) apresentou extensa manifestação acerca da impossibilidade de redução contratual.

<sup>2</sup> “XXI – Serviços Continuados: serviços cuja interrupção possa comprometer a continuidade das atividades da Administração e cuja necessidade de contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente.” Anexo I da IN nº 02/2008/SLTI/MPOG.

<sup>3</sup> Art. 30-A - § 4º A administração deverá realizar negociação contratual para a redução e/ou eliminação dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido amortizados ou pagos no primeiro ano da contratação. (Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)

bem como endossou a importância/essencialidade do objeto contratado, conforme também pode ser visto na Nota Técnica nº 4289/2015/GEIRS/DIDES (fl. 829/830).

### III) Garantia

21. Em cumprimento a Cláusula Sétima do Contrato Administrativo nº 31/2015, a Contratada será instada a apresentar o complemento da garantia acostada às fls. 785/792, tão logo seja celebrado o Primeiro Termo Aditivo, nas condições estabelecidas pelo art. 19, em seu inciso XIX, da Instrução Normativa nº 02/2008/SILTIMPOG.

### IV) Decreto Presidencial nº 7.689/2012

22. Considerando que a pretendida prorrogação do Contrato perfaz o montante anual de R\$ 2.251.037,04 (dois milhões, duzentos e cinquenta e um mil e trinta e sete reais e quatro centavos), sugere-se encaminhamento para apreciação da Diretoria Colegiada da ANS, autoridade máxima desta Autarquia, assim que o pleito de prorrogação passe pela análise da GEADM, em consonância com o disposto no Decreto Presidencial nº 7.689/2012<sup>4</sup>.

### V) Repactuação:

23. Cumpre observar que a contratada manifestou o interesse em solicitar a repactuação de preços, com base em dissídio coletivo 2016, por meio do Ofício 070/2016/G4F (fl. 823), especialmente no que tange ao item "d".

24. De modo a garantir a celeridade da análise da prorrogação contratual, neste primeiro momento, foram verificados somente os aspectos acerca da prorrogação. Os requisitos pertinentes à repactuação serão analisados em sua integralidade, tão logo seja celebrada a prorrogação.

### **MEMÓRIA DE CÁLCULO E DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA:**

25. Considerando os valores apresentados para prorrogação contratual, ilustrou-se o memorial de cálculo a fim de subsidiar o pedido de disponibilidade de orçamento:

Valor anual	R\$ 2.251.037,04
Valor mensal	R\$ 187.586,42
Valor diário	R\$ 6.252,88

22/06/2016 a 30/06/2016 (09 dias)	R\$ 56.275,93
julho/2016 a dezembro/2016 (06 meses)	R\$ 1.125.518,52
janeiro/2017 a maio/2017 (5 meses)	R\$ 937.932,10
01/06/2017 a 22/06/2017 (21 dias)	R\$ 131.310,49
<b>Total</b>	<b>R\$ 2.251.037,04</b>

(\*) utilizou-se 21 dias para fins de cálculo, com o intuito de não haver a contagem de 12 meses e 01 dia na prorrogação contratual.

<sup>4</sup> Art. 2º - § 2º Para os contratos com valores inferiores a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), a competência de que trata o caput poderá ser delegada ou subdelegada, exclusivamente:  
I - ao secretário-executivo, ou autoridade equivalente, aos dirigentes máximos das unidades diretamente subordinados aos respectivos ministros de Estado e aos dirigentes máximos das entidades vinculadas, ficando vedada a subdelegação para os contratos com valor igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);

Exercício	Valor
2016	R\$ 1.181.794,45
2017	R\$ 1.069.242,59
<b>Total</b>	<b>R\$ 2.251.037,04</b>

26. Desta forma, sugere-se solicitar disponibilidade orçamentária no valor total de R\$ 2.251.037,04 (dois milhões, duzentos e cinquenta e um mil e trinta e sete reais e quatro centavos) para fazer frente às despesas da prorrogação contratual, compreendendo o período de 12 (doze) meses..

### **HISTÓRICO DO CONTRATO:**

27. Com o intuito de acompanhar a evolução cronológica do valor anual do Contrato nº 31/2015, demonstrou-se as informações dos instrumentos contratuais desde 22 de junho de 2015, conforme quadro a seguir:

Instrumento Contratual (31/2015)	Valor Anual
Contrato - vigência: 22/06/2015 a 22/06/2016	R\$ 2.251.037,04
1º Termo Aditivo – prorrogação vigência: 22/06/2016 a 22/06/2017	R\$ 2.251.037,04

### **MINUTA DO TERMO ADITIVO:**

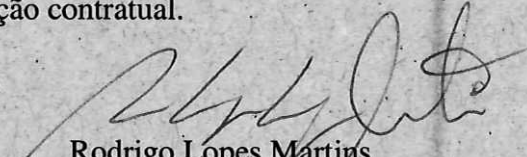
28. Em atendimento ao parágrafo único <sup>5</sup>, do art. 38, da Lei nº 8.666/1993, recomenda-se encaminhamento à GEADM a Minuta do Primeiro Termo Aditivo (fl. 837) pela qual se refere à prorrogação contratual, com a nova vigência, tendo início em 22 de junho de 2016 com o término em 22 de junho de 2017.

29. Destacou-se, ainda, a correção do CNPJ constante no preâmbulo contratual, bem como o direito da Contratada requerer a repactuação de preços, fundamentada na Convenção Coletiva de Trabalho 2016/2017.

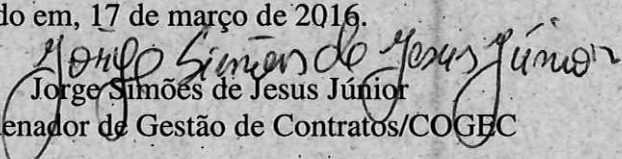
### **CONCLUSÃO:**

Diante de todo o exposto, recomenda-se, antemão, o encaminhamento do relatório, juntamente dos autos, à Gerência de Finanças a fim de verificar a disponibilidade de orçamento em face da prorrogação contratual.

Atenciosamente,

  
Rodrigo Lopes Martins  
Assistente de Controle Administrativo

Ciente e de acordo em, 17 de março de 2016.

  
Jorge Simões de Jesus Júnior  
Coordenador de Gestão de Contratos/COGEC

<sup>5</sup> Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração

Despacho n.º 0329/2015/GECOL/GGAFI/DIGES/ANS

Rio de Janeiro, 18 de março de 2016.

Processo: 33902.632580/2014-06

Assunto: Disponibilidade Orçamentária – Prorrogação do Contrato n.º 31/2015.

**À Gerência de Finanças - GEFIN,**

1. O presente expediente trata de procedimento de prorrogação do Contrato n.º 05/2014, firmado entre a ANS e a G4F SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA.

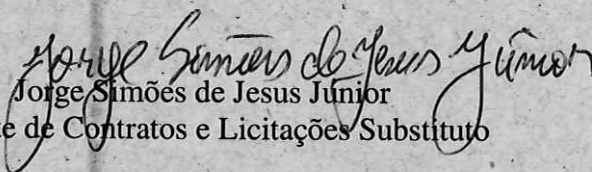
2. Com base nos cálculos apresentados no Relatório n.º 100/2016/COGEC/GECOL/GGAFI/DIGES/ANS, fls. 838/840, especialmente aos itens 25/26, solicitamos informar a disponibilidade de recursos orçamentários necessários ao custeio da respectiva despesa, conforme quadro abaixo:

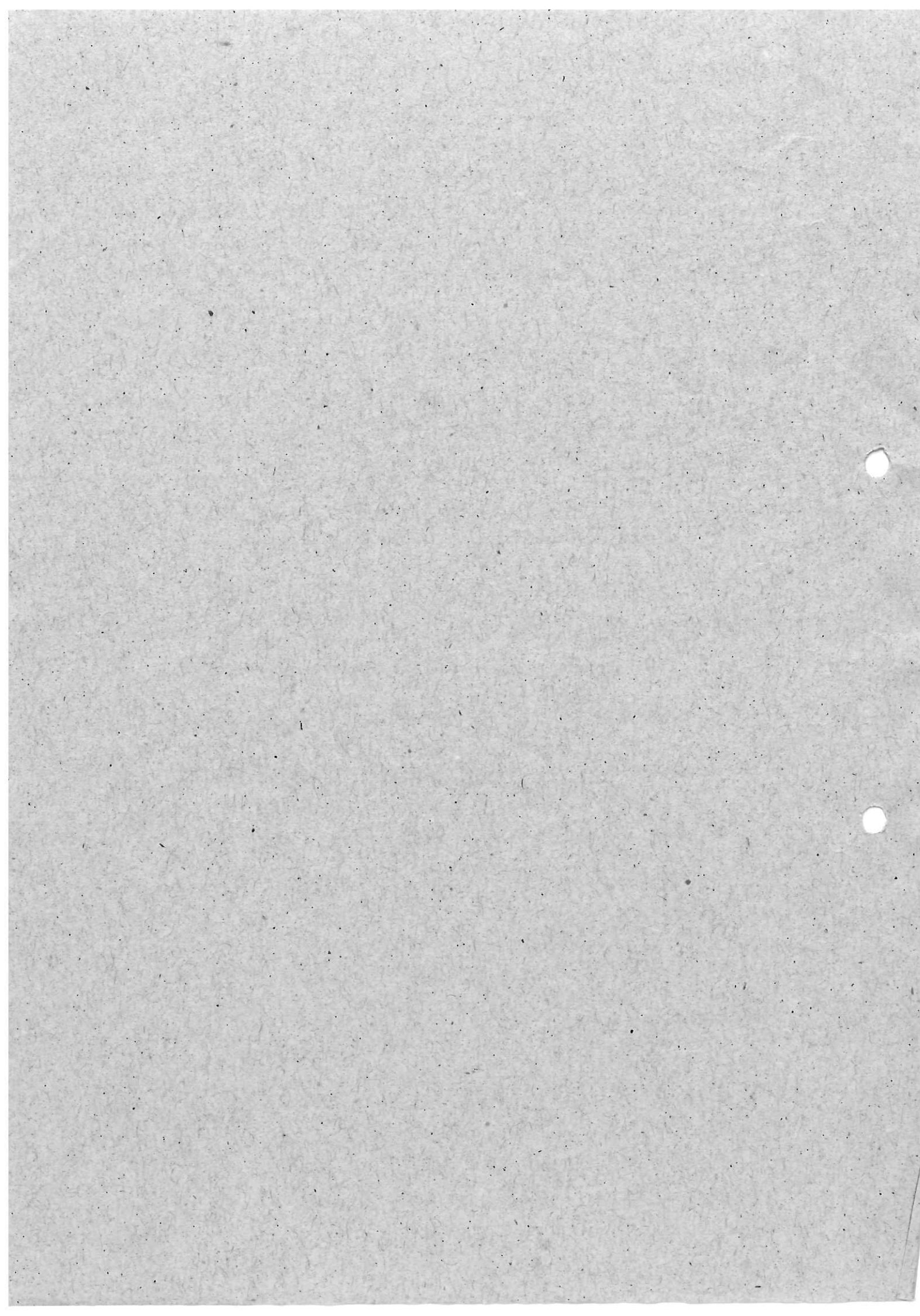
Contrato n.º 31/2015

Exercício	Valor
2016	R\$ 1.181.794,45
2017	R\$ 1.069.242,59
<b>Total</b>	<b>R\$ 2.251.037,04</b>

3. Após, retornem os autos a essa Gerência para as demais providências.

Atenciosamente.

  
Jorge Simões de Jesus Júnior  
Gerente de Contratos e Licitações Substituto



**Despacho de Disponibilidade Orçamentária nº 072/2016/CPROR/GEFIN/GGAFI/DIGES**

Rio de Janeiro, 21 de março de 2016.

À Sra. Gerente de Contratos e Licitações

Referência: Processo 33902.632580/2014-06

Assunto: Prorrogação do Contrato nº 31/2015 - serviços de suporte administrativo para atender as necessidades da GGSUS

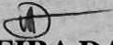
À GECOL,

1. Em atendimento à Lei Complementar 101/2000, artigos 15 a 17, informo que os recursos orçamentários disponíveis para fazer face à presente despesa constam da previsão orçamentária desta ANS para o exercício 2016, conforme classificação e valor abaixo discriminados.

FT	Programa de Trabalho	ND	2016
174	10.125.2015.4339.0001 - Qualificação de Regulação e Fiscalização da Saúde Suplementar	33903701	1.181.794,45
<b>TOTAL</b>			<b>1.181.794,45</b>

2. Informo, ainda, que os recursos para fazer face à presente contratação constarão de proposta orçamentária à conta dos créditos consignados no Orçamento Geral da União (OGU) para esta Agência para o(s) próximo(s) exercício(s).

FT	Programa de Trabalho	ND	2017
174	10.125.2015.4339.0001 - Qualificação de Regulação e Fiscalização da Saúde Suplementar	33903701	1.069.242,59
<b>TOTAL</b>			<b>1.069.242,59</b>

  
**WASHINGTON PEREIRA DA CUNHA**  
 Gestor Financeiro

EM BRANCO



Rio de Janeiro, 21 de março de 2016.

**À Gerência Geral de Administração e Finanças - GGAFI,**

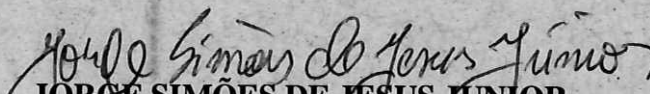
Assunto: Prorrogação do Contrato n.º 31/2015

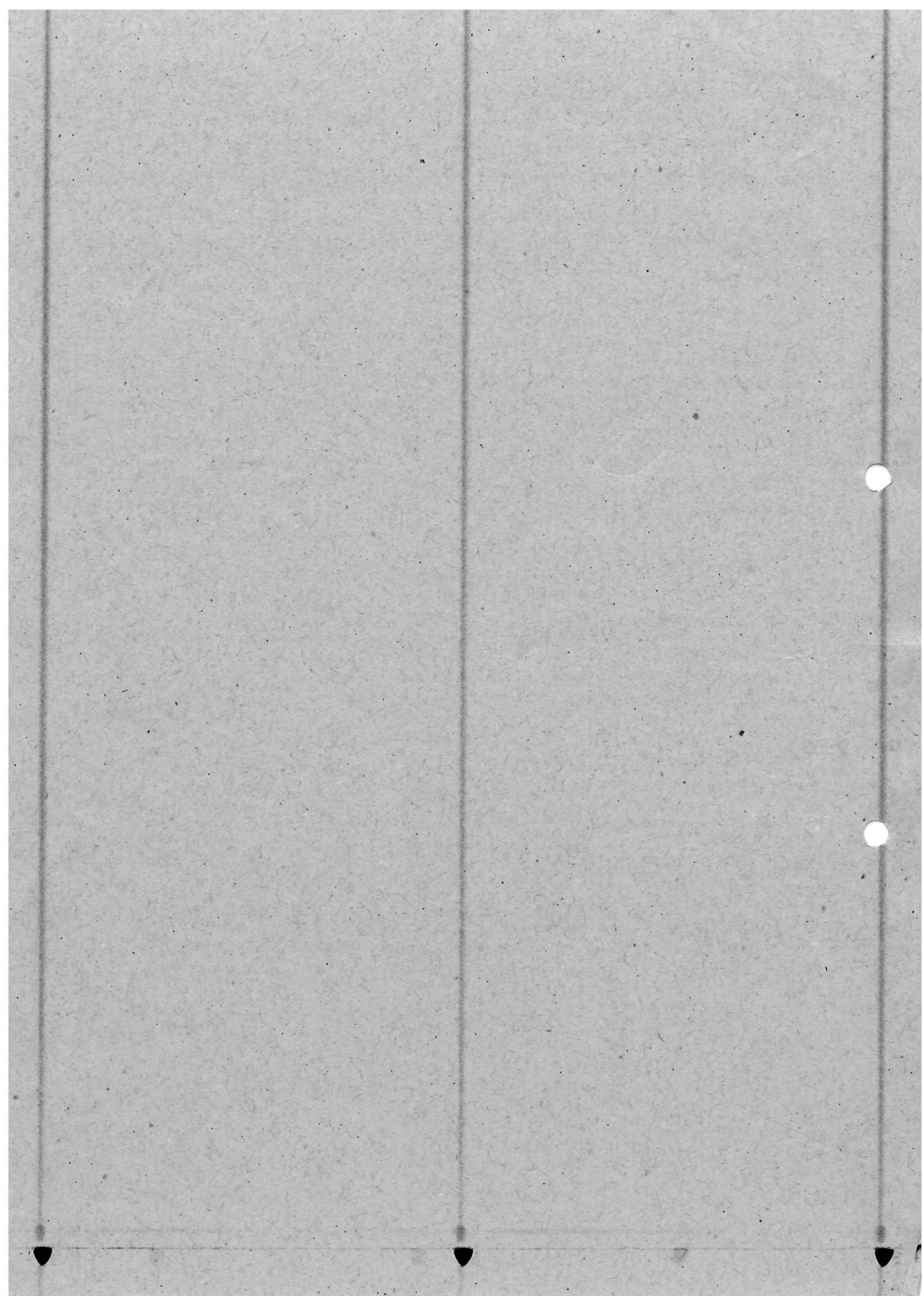
Protocolo: 33902.632580/2014-06

Prezado Sr. Gerente Geral de Administração e Finanças,

1. Trata-se de verificação da conformidade dos requisitos necessários para a prorrogação do Contrato Administrativo nº 31/2015, firmado entre a **Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS** e a empresa **G4F SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA**, cujo objeto é a prestação de serviços de suporte administrativo para a Gerência Geral de Ressarcimento ao SUS - GGSUS.
2. Os requisitos necessários à prorrogação do contrato foram analisados por intermédio do Relatório nº 100/2016/COGEC/GECOL/GGAFI/DIGES/ANS, fls. 838/840, sendo todos devidamente atendidos.
3. Resta apenas o atendimento ao requisito de autorização da autoridade competente para a efetivação da prorrogação, assim como envio à Procuradoria Federal junto à ANS para apreciação da Minuta do Primeiro Termo Aditivo, fl. 837, ao contrato nº 31/2015.
4. De acordo com o Despacho de Disponibilidade Orçamentária nº 072/2016/CPORR/GEFIN/GGAFI/DIGES, de 21 de março de 2016, fl. 842, a Gerência de Finanças informou que os recursos para a prorrogação constarão na proposta orçamentária à conta dos créditos consignados no Orçamento Geral da União para o próximo exercício.
5. Ante ao exposto, encaminha-se a essa GGAFI para conhecimento e, se for o caso, autorização da prorrogação do Contrato nº 31/2015 e envio à PROGE para análise jurídica da Minuta do Primeiro Termo Aditivo ao contrato.

Atenciosamente,

  
**JORGE SIMÕES DE JESUS JUNIOR**  
Gerente de Contratos e Licitações Substituto



Rio de Janeiro, 21 de março de 2016.

À Gerência de Consultoria Administrativa - GEADM,



Senhor Gerente,

1. De acordo com o Despacho nº 0335/2016/COGEC/GECOL/GGAFI/DIGES, da Gerência de Contratos e Licitações, autorizo a prorrogação do Contrato nº 31/2015, nas condições apresentadas.

2. Remeto os autos à Procuradoria Federal em exercício nesta ANS para análise e emissão de parecer, em consonância com o § 3º do art. 30 da Instrução Normativa nº 02/2008/SLTI/MPOG e inciso VI do art. 3º da Instrução de Serviço nº 09/2013 da Procuradoria Federal junto à ANS.

Atenciosamente,

**MAURICIO NUNES DA SILVA**  
Gerente Geral de Administração e Finanças

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR-ANS  
GGAFI/DIGES

Protocolo nº 22002. 140.245 /2016- 30

Data Registro: 21 / 03 / 2016 Hora: 17 h 45

Assinatura: Lucia

29 03 2016

EM BRANCO



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE  
SUPLEMENTAR  
GERÊNCIA DE CONSULTORIA ADMINISTRATIVA - GEADM  
R. TEIXEIRA DE FREITAS, 5, CENTRO, RIO DE JANEIRO 4º ANDAR CENTRO -  
RIO DE JANEIRO/RJ CEP: 20.021-350**

**PARECER n. 00058/2016/GEADM/PEANS/PGF/AGU**

**NUP: 33902.632580/2014-06**

**INTERESSADOS:** Gerência de Contratos e Licitações - GECOL e Gerência-Executiva de integração e Ressarcimento ao SUS da ANS

**ASSUNTOS:** LICITAÇÕES, CONTRATOS E PATRIMÔNIO - Prorrogação da vigência contratual e retificação material do preâmbulo do Contrato 31/2015.

**EMENTA:**

I - Contratação celebrada entre a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e G4F – SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA.

II – Contratação de Serviço de Suporte Administrativo na Gerência-Executiva de integração e Ressarcimento ao SUS da ANS.

III - Prorrogação da vigência contratual e retificação material do preâmbulo do Contrato 31/2015.

IV - Minuta do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato. Procedimento. Análise. Aprovação com recomendações.

Senhor Gerente de Consultoria Administrativa,

**RELATÓRIO**

1. Trata o presente processo de contratação celebrada entre a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e a pessoa jurídica G4F – SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA. para a prestação de serviço de Suporte Administrativo na Gerência-Executiva de integração e Ressarcimento ao SUS - GEIRS da ANS.

2. A contratação foi formalizada por meio do Contrato nº 31/2015, assinado em 12/06/2015 (fls. 778/781), para um período de 12 (doze) meses, com vigência a partir de 22/06/2016 conforme consta na Cláusula Segunda do instrumento (fl. 778v).

3. Nesta oportunidade, os autos vieram para análise da minuta do Primeiro Termo Aditivo, (fls. 837/837v), que tem por objetivo a prorrogação da vigência contratual por período de 12 meses e a retificação material do preâmbulo do Contrato.

4. A Administração demonstrou interesse na prorrogação do contrato no

848  
C

Memorando 261/2015/GEIRS/DIDES de 28 de dezembro de 2015 (fls. 813/814) e Relatório 100/2016/COGEC/GECOL/GGAFI/DIGES/ANS de 17 de março de 2016 (fls. 838/840v), apresentando as justificativas para a manutenção do Contrato. A Contratada, por sua vez, anuiu à prorrogação contratual (fl. 815), nas mesmas condições iniciais, salvo quanto ao direito à repactuação.

5. A Administração apresentou argumentação que está dispensada da realização de pesquisa de mercado porque o contrato é de prestação de serviços continuados e prevê o reajuste do preço do contrato a ser efetuado com base em convenção, acordo coletivo ou em decorrência de lei, consoante novas disposições do §2º, do art. 30-A da Instrução Normativa nº 02 SLTI/MPOG de 30 de abril de 2008 com redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013 (fl. 813v).

6. Os recursos orçamentários para suprir as despesas foram indicados por meio do documento Disponibilidade Orçamentária nº 076/2016/CPROR/GEFIN/GGAFI/DIGES, fl. 842.

7. A prorrogação do Contrato nº 31/2015 foi aprovada pela Gerência-Geral de Administração e Finanças, fl. 844.

8. Os autos foram remetidos a esta Gerência de Consultoria Administrativa pela Gerência-Geral de Administração e Finanças (fl. 844), para análise e parecer, em atendimento ao disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93.

É o relatório. Passaremos à análise.

### ANÁLISE

9. Ressalta-se, de início, que a presente apreciação limitar-se-á ao caráter jurídico da matéria, não sendo considerados os aspectos negociais ou de ordem técnica, tais como a discriminação do objeto, requisitos de capacidade técnica e regularidade financeira, dentre outros ou interpretação de conceitos jurídicos indeterminados a cargo dos órgãos competentes, conforme o disposto no art. 2º da Instrução de Serviço PROGE nº 02, de 15 de outubro de 2002, passaremos ao que segue.

### PROCEDIMENTO - Autorização da Diretoria Colegiada

10. A Administração deverá se conduzir em conformidade ao previsto no Decreto nº 7.689/12, solicitando a autorização pertinente para a celebração da contratação, haja vista a previsão de valor superior a 1 (um) milhão de reais, nos termos do art. 2º caput e §2º, inciso I do citado decreto, *in verbis*:

“Art. 2º A celebração de novos contratos administrativos ou a prorrogação dos contratos em vigor relativos a atividades de custeio devem ser autorizadas expressamente pelo respectivo ministro de Estado.

(...)

§2º. Para os contratos com valores inferiores a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), a competência de que trata o caput poderá ser delegada ou subdelegada,

848  
C

exclusivamente:

I - ao secretário-executivo, ou autoridade equivalente, aos dirigentes máximos das unidades diretamente subordinados aos respectivos ministros de Estado e aos dirigentes máximos das entidades vinculadas, ficando vedada a subdelegação para os contratos com valor igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)";

11. Com o fim de regulamentar a autorização para prorrogar contratos de que trata o Decreto nº 7.689/2012, assim estabelecem os seguintes dispositivos da Portaria MS nº 1338/2012:

"Art. 2º No âmbito do Ministério da Saúde e entidades a ele vinculadas, a autorização para celebração de novos contratos administrativos, relativos a despesas de custeio ou investimento, ou a prorrogação dos contratos em vigor relativos a atividades de custeio **será anterior ao início da instrução do respectivo procedimento de contratação e se dará por intermédio da aprovação de nota técnica encaminhada pela unidade interessada.**

.....  
Art. 4º A competência para autorizar a celebração de novos contratos administrativos, relativos a despesas de custeio ou investimento, ou a prorrogação dos contratos em vigor relativos a atividades de custeio cujo valor seja inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) fica delegada aos dirigentes máximos dos seguintes órgãos e entidades:

(...)

X - Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS);

.....  
Parágrafo único. Nas hipóteses em que a autoridade máxima da entidade vinculada ao Ministério da Saúde for exercida por direção colegiada, a autorização para contratação deverá ser outorgada pelo referido órgão colegiado, na forma que estabelecer o seu regimento interno, respeitadas as regras previstas nesta Portaria."

12. Esclarecemos que a referida autorização deverá ser da Diretoria Colegiada nos termos do art. 9º da Portaria MPOG 249/2012.

Art. 9º Nas hipóteses em que a autoridade máxima do órgão ou entidade for exercida por direção colegiada, a autorização para contratação deverá ser outorgada pelo referido órgão colegiado, na forma que estabelecer o seu regimento, respeitadas as regras previstas nesta Portaria.

### DA PRORROGAÇÃO

13. A lei nº 8.666/93 autoriza a prorrogação que se pretende realizar no seu artigo 57, inciso II, verbis:

849  
C

Art. 57- A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto ao relativos:

(...)

II – à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitada a sessenta meses.

14. Por serviços continuados, deve-se entender “aqueles cuja interrupção possa comprometer a continuidade das atividades da Administração e cuja necessidade de contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente”, conforme disposto no item I do anexo I da Instrução Normativa Nº 02 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, de 30 de abril de 2008.

15. Assim, para que a prorrogação possa ocorrer, na forma do disposto no art. 57, inciso II da Lei nº 8.666, de 1993, devem ser atendidos os seguintes pressupostos:

- . Constar sua previsão no contrato;
- . Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- . Existir interesse da Administração e da empresa contratada;
- . For comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação;
- . For constatada em pesquisa que os preços contratados permanecem vantajosos para a administração;
- . Estiver justificada e motivada por escrito, em processo correspondente;
- . Estiver previamente autorizada pela autoridade competente.

16. Com relação ao primeiro requisito, a cláusula segunda do contrato nº 31/2015 autoriza a prorrogação do prazo de vigência por até 60 (sessenta) meses (fl. 778v).

17. Quanto ao segundo requisito, não obstante a presença de manifestações e exposições apresentadas pela Administração que pressupõem a prestação regular dos serviços, recomendamos à administração a emissão de manifestação formal sobre a questão.

18. O terceiro requisito encontra-se devidamente preenchido, conforme se verifica nos documentos de fls. 813/814, fls. 838/840v e 815.

19. A manutenção das condições de habilitação foi comprovada ao tempo da remessa dos autos mediante os documentos de fls. 824/828 que demonstram a situação regular da contratada, contudo com o transcurso do tempo, algumas certidões estarão vencidas quando da data prevista para a assinatura do termo. Sendo assim, quando bem próximo da celebração do termo da pretendida prorrogação, nova pesquisa no SICAF (e demais órgãos, se necessário) há de ser realizada para a verificação da manutenção da situação de regularidade da contratada.

20. Quanto à vantajosidade da contratação, a Administração argumentou que consoante novas disposições do §2º, do art. 30-A da Instrução Normativa nº 02

SLTI/MPOG de 30 de abril de 2008 com redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013, está dispensada da realização da pesquisa de mercado para a prorrogação porquanto o contrato é de prestação de serviços continuados e prevê o reajuste do preço do contrato a ser efetuado com base em convenção, acordo coletivo ou em decorrência de lei.

§ 2º A vantajosidade econômica para prorrogação dos contratos de serviços continuados estará assegurada, sendo dispensada a realização de pesquisa de mercado, quando o contrato contiver previsões de que: **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**

- I - os reajustes dos itens envolvendo a folha de salários serão efetuados com base em convenção, acordo coletivo ou em decorrência de lei; **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**
- II - os reajustes dos itens envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de acordo ou convenção coletiva de trabalho e de Lei) e materiais serão efetuados com base em índices oficiais, previamente definidos no contrato, que guardem a maior correlação possível com o segmento econômico em que estejam inseridos tais insumos ou materiais ou, na falta de qualquer índice setorial, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE; e **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)**
- III - no caso de serviços continuados de limpeza, conservação, higienização e de vigilância, os valores de contratação ao longo do tempo e a cada prorrogação serão iguais ou inferiores aos limites estabelecidos em ato normativo da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SLTI/MP. (Dispositivo incluído pela Instrução Normativa No 6, de 23 de dezembro de 2013)

21. Com efeito, o presente contrato é de prestação de serviços continuados e prevê a repactuação de preço com base em acordo, dissídio ou convenção, conforme Cláusula Sexta (fls. 779/780).

22. Registre-se que o presente exame tem fundamento na presunção de que os elementos técnicos utilizados pela Administração na análise são idôneos à verificação da vantajosidade em se manter a contratação atual.

23. Quanto ao item 6º, vale registrar que a justificativa da prorrogação se encontra presente nos autos (fls. 813/814, 829/830v e 831/831v).

24. A autorização para a prorrogação encontra-se no documento de fl. 844.

25. Embora presente a notícia da manifestação da empresa sobre negociação para a redução/eliminação dos custos fixos e variáveis não renováveis já amortizados, realizada no Ofício da empresa - fls. 823/823v, a Administração deverá verificar na planilha de custos se ainda há outros itens com natureza de custos fixos ou variáveis não renováveis passíveis de exclusão, quando do procedimento disposto no § 1º

851  
Q

do art. 30-A da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02/2008,. Se verificado a hipótese, deve ser realizada a negociação também disposta naquela norma.

26. Nesse aspecto, é importante a Administração analisar especificadamente a questão do aviso prévio trabalhado para o qual a empresa faz sua argumentação no subitem c dd Ofício de fl. 823 em face ao recomendado no Acórdão do TCU n.º 1904/2007 – Plenário, que apreciou a questão, promovendo, inclusive, o cálculo do percentual tido como adequado para a correspondente rubrica nas planilhas de preços:

"O item 'Aviso Prévio Trabalhado' (inciso XXI do art. 7º da Constituição Federal e art. 487 da CLT), corresponde ao valor repassado para pagar o funcionário enquanto este não trabalha. Apesar de não haver lei complementar para disciplinar essa matéria, a doutrina e a jurisprudência aconselham que o funcionário seja avisado de sua dispensa e, a partir de então, ele passa a receber seu último salário referente a 30 dias de serviço, dos quais 7 ele tem direito a ausentar-se do trabalho para ter tempo de procurar por outro emprego ou, se preferir, trabalhar 2 horas a menos por dia durante o período de 30 dias. Neste tempo em que o empregado não presta serviço, a Contratada terá de pagar, ao mesmo tempo, o funcionário que está saindo mais aquele que está entrando no posto e, por isso, há de constar esse item da planilha de custos.

**O percentual mais adequado a este item da planilha é 1,94%, mas que deve ser pago apenas no primeiro ano do contrato, devendo ser excluído da planilha a partir do segundo ano, uma vez que só haverá uma demissão e uma indenização por empregado. O cálculo está demonstrado a seguir:**

$$[(100\% / 30) \times 7] / 12 = 1,94\%$$

Onde:

100% = salário integral

30 = número de dias no mês

7 = número de dias de aviso prévio a que o empregado tem direito de se ausentar

12 = número de meses no ano

No Edital nº 80/2006 está previsto o percentual de 8,33% para aviso prévio, que está 6,39% acima do ideal. Se o Dnit adotar um índice de 1,94%, geraria uma economia de pelo menos R\$ 38.991,96 ao valor anual do contrato. Cumpre destacar que, no caso do número de demissões ser superior ao previsto, a empresa pode pleitear os valores correspondentes na repactuação do contrato, desde que tal fato seja devidamente comprovado.

27. Esse entendimento foi posteriormente sedimentado pelo TCU no Acórdão n.º 3006/2010-Plenário, *in verbis*:

8.5. Os percentuais dos encargos sociais utilizados nos cálculos dos Grupos "A" e "B" das planilhas de custos estão de acordo com os índices regularmente praticados no mercado.

8.5.1. Contudo, é imperioso destacar que o cálculo referente ao percentual cobrado para fazer face ao Aviso Prévio Trabalho (Grupo B), estabelecido em 1,94 % na proposta da

Contratada, destinado à indenização pela dispensa de todos os funcionários ao término da vigência do contrato, considera-se integralmente pago no primeiro ano do Contrato, devendo ser zerado nos anos subsequentes, nos termos do cálculo demonstrado quando da apreciação do Acórdão TCU nº 1904/2007-Plenário, a seguir reproduzido:

$$[(100\% / 30) \times 7] / 12 = 1,94\%$$

Onde:

100% = salário integral

30 = número de dias no mês

7 = número de dias de aviso prévio a que o empregado tem direito de se ausentar

12 = número de meses no ano

8.5.2. Dessa forma, deve-se fixar prazo para que o NERJ/MS repactue os termos do Contrato nº 174/2006, assinado com a empresa MGI Tecnogin Micrográfica no Gerenciamento da Informação Ltda., tendo em vista que o referido item deveria ter sido zerado nos anos subsequentes, nos termos do cálculo demonstrado quando da apreciação do Acórdão TCU nº 1904/2007-Plenário, efetuando-se o necessário ajuste de contas nas próximas faturas.

(...)

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

(...)

9.2. assinar prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, c/c o art. 45 da Lei 8.443/1992 e com o art. 251 do Regimento Interno do TCU, para que o Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro - NERJ/MS adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, de forma a promover a repactuação do Contrato nº 174/2006, firmado com a empresa MGI Tecnogin Micrográfica no Gerenciamento da Informação Ltda., a fim de adequar as planilhas de custos dos serviços contratados, bem como proceder ao ajuste de contas, nas futuras faturas, entre os valores efetivamente pagos e os decorrentes da repactuação ora determinada, em relação aos seguintes quesitos:

(...)

9.2.2. supressão do percentual de 1,94 % da Planilha de Custos dos Serviços Contratados, referente ao Aviso Prévio Trabalhado, tendo em vista que os referidos custos consideram-se integralmente pagos no primeiro ano do Contrato, devendo ser zerado nos anos subsequentes, nos termos do cálculo demonstrado quando da apreciação do Acórdão TCU nº 1904/2007 - Plenário;"

28. Dessa forma, recomenda-se a realização da análise para determinar se há outros custos fixos ou variáveis já pagos ou amortecidos e se confirmado, nova negociação deverá ser estabelecida para a questão.

29. Recomendamos que as questões referentes as negociações de

redução/eliminação dos custos fixos e variáveis não renováveis sejam especificadas no Termo Aditivo, se for o caso.

### CONTA VINCULADA

30. O Edital do Pregão Eletrônico nº 16/2015 estabelece, especificamente nos seus itens 11.14 e seguintes, que a conta vinculada seria adotada nas contratações dele – pregão – resultantes, o que é o caso da presente contratação, formalizada pelo Contrato nº 31/2015.

31. A providência, inclusive, foi estabelecida como pressuposto para a celebração do contrato, conforme estipula o item 11.14.

32. Não localizamos nos autos, elementos que confirmem a implementação da rotina constante do Edital.

33. Nesse contexto, caso realmente não implementada a medida, há de se registrar o desacerto às disposições contidas no Edital, com motivação a serem regularizadas.

34. Essas questões se fundamentam porque as regras do Edital alcançam a fase da execução contratual, pelo princípio da vinculação ao ato convocatório, que se verifica contemplado nos seguintes dispositivos da Lei nº 8.666/93:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

.....  
Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

....  
Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:  
(...)

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor,” (grifo nosso)

O Contrato nº 59/2012, em observância aos dispositivos acima, assim estabelece em sua Cláusula Segunda:

“Constituem partes integrantes deste contrato, estando a eles vinculados, como se neste estivessem transcritos, os seguintes documentos, cujo teor as partes declaram ter pleno conhecimento:

a - Edital do Pregão Eletrônico nº 11/2012”

35.

Vale conferir, ainda, o Anexo X de fls. 369/370 relativo à abertura e

85  
C

operacionalização da conta vinculada.

36. Dessa forma, recomenda-se que a autoridade competente providencie a implementação da conta vinculada relativa a esta contratação, sob o risco de sérios inconvenientes administrativos e/ou judiciais, bem como de eventual decretação judicial de responsabilidade trabalhista subsidiária no âmbito de ações trabalhistas, o que é passível de apuração da responsabilidade de quem deu causa ao prejuízo e/ou de quem para ele concorreu.

### **DIREITO À REPACTUAÇÃO**

37. Por meio da correspondência de fls. 823/823v, a Contratada informa que já há direito à repactuação, mas que não há como apresentar a documentação para sua solicitação porque o dissídio da categoria ainda não foi divulgado.

38. No entanto, esta correspondência tem data de 04 de março de 2016.

39. Nesse sentido, antes da celebração da prorrogação, recomenda-se que a Administração verifique se já é possível à Contratada formalizar a solicitação da repactuação em tela, de forma que seja dada observância ao disposto na Cláusula Sexta do Contrato nº 31/2015 (ver fls. 779/780).

### **MINUTA DO PRIMEIRO ADITIVO**

40. Quanto à minuta do Termo Aditivo ao Contrato nº 31/2015, entendemos que possui os elementos jurídicos necessários à sua finalidade, merecendo a aprovação.

### **DEMAIS CONSIDERAÇÕES**

41. Por fim, destacamos que na hipótese de haver discordância relativamente às orientações aqui contidas, caberá à Administração registrar nos autos os motivos do seu não acolhimento.

42. Neste sentido, o Tribunal de Contas da União, no Acórdão nº 521/2013 – Plenário:

“9.2.2. caso venha discordar dos termos do parecer jurídico, cuja emissão está prevista no inciso VI e no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/1993, deverá apresentar por escrito a motivação dessa discordância antes de prosseguir com os procedimentos relativos à contratação, arçando, nesse caso, integralmente com as consequências de tal ato, na hipótese de se confirmarem, posteriormente, as irregularidades apontadas pelo órgão jurídico;”

### **CONCLUSÃO**

43. Por todo o exposto, entendemos não constar empecilhos ao prosseguimento do feito, com a contratação pretendida, desde que observada(s) e atendida(s) a(s) recomendação(ões) mencionada(s) neste parecer, especialmente quanto:

- Autorização da Diretoria Colegiada (subitens 10/12);

- 85  
C
- informação sobre a regular prestação dos serviços (subitem 17);
  - Manutenção das condições iniciais da contratada, pesquisa no SICAF (e outros órgãos se necessário - subitem 19);
  - Análise dos custos fixos e variáveis, especialmente em relação ao aviso prévio trabalhado (subitem 25/30);
  - Providências sobre a implementação da conta vinculada (subitens 30/36);
  - A questão da repactuação iminente (subitens 37/39).
- 4 (Exbu)

44. Ressalte-se que para nova manifestação desta Consultoria, a Administração deverá atender ao disposto no art. 4º, § 2º, da Instrução de Serviço Conjunta PROGE-DIGES nº 01/2013 (por analogia).

45. Sendo este o parecer, submeto-o a sua apreciação, sugerindo oportuna remessa dos autos à Gerência-Geral de Administração e Finanças - GGAFI para ciência e prosseguimento do feito.

Gerência de Consultoria Administrativa,  
À consideração superior.  
Rio de Janeiro, 08 de abril de 2016.

  
DILSON JORGE MASCARENHAS DOS SANTOS  
PROCURADOR FEDERAL  
SIAPE 1186373

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 33902632580201406 e da chave de acesso d3e85bc8



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE  
SUPLEMENTAR  
GERÊNCIA DE CONSULTORIA ADMINISTRATIVA - GEADM  
R. TEIXEIRA DE FREITAS, 5, CENTRO, RIO DE JANEIRO 4º ANDAR CENTRO - RIO  
DE JANEIRO/RJ CEP: 20.021-350

**DESPACHO n. 00052/2016/GEADM/PFANS/PGF/AGU**

**NUP: 33902.632580/2014-06**

**INTERESSADOS: AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS**

**ASSUNTOS: LICITAÇÕES, CONTRATOS E PATRIMÔNIO**

1. De acordo com o Parecer nº 058/2016/GEADM/PFANS/PGF/AGU, da lavra do Procurador Federal Dr. DILSON JORGE MASCARENHAS DOS SANTOS.

2. Encaminha-se ao Sr. Procurador Chefe.


Rio de Janeiro, 12 de abril de 2016.

  
CHARLES SANTOS FRANCO

GERENTE DE CONSULTORIA ADMINISTRATIVA - SUBSTITUTO  
PROCURADOR FEDERAL

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 33902632580201406 e da chave de acesso d3e85bc8

Recebo  
13/04/2016  
PROGE

Gerência/Diretoria: GEIRS/DIDES	
Protocolo nº 33902.456026/2016 - P0	
Data: 24/05/2016	Hora: 12h08
Assinatura: 	



Memorando nº 142/2016/GEIRS/DIDES

Rio de Janeiro, 24 de Maio de 2016.

À GECOL

**Assunto:** Manifestação a respeito dos apontamentos da Procuradoria-Geral Federal.

**Referência:** Parecer nº 058/2016/GEADM/PFANS/PGF/AGU.

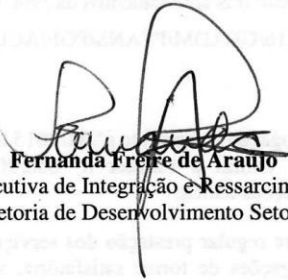
1. O procedimento para prorrogação do contrato nº 31/2015 foi submetido à análise da Procuradoria Geral junto à ANS, que emitiu o Parecer nº 058/2016/GEADM/PFANS/PGF/AGU. Em atendimento às suas orientações temos:
2. Item 17 – Informação sobre regular prestação dos serviços, informamos que a contratada vem cumprindo com suas obrigações de forma satisfatória, sendo os serviços considerados como indispensáveis por está gestora.
3. Item 19 – Manutenção das condições iniciais da contratada, para atender a este item foi realizada nova pesquisa junto ao SICAF e a Justiça do Trabalho, certidões acostadas, que comprovam a regular situação da contratada.
4. Itens 25/30 – Análise dos custos fixos e variáveis, foi intentada nova negociação com a contratada, com o objetivo de renegociar os custos fixos e variáveis, em especial o Aviso prévio Trabalhado. Após negociação, a contratada reduziu o valor do percentual do Item D – Aviso Prévio Trabalhado do Submódulo 4.4 – Provisão para Rescisão de 1,94 % para 0,97%, apenas no posto de Auxiliar de Serviços de Suporte, conforme correspondência e planilha de formação de preços anexa. Diante disso o valor anual passou a ser de R\$ 2.234.808,84 (Dois milhões duzentos e trinta e quatro mil oitocentos e oito reais e oitenta centavos).
5. Cabe ressaltar que a contratada justificou a não redução do percentual do Aviso Prévio Trabalhado no posto de Líder de Turma, e entendemos plausível a alegação de que não houve redução em decorrência da substituição da pessoa alocada no posto.
6. Itens 30/36 – Providências sobre a implementação da conta vinculada, destacamos que a conta foi implantada no início da execução deste contrato, segue o extrato da conta junto ao Banco do Brasil fornecido pela gerência de finanças e a Planilha de Contingenciamento mensal de encargos

GEIRS/DIDES/JH

trabalhistas referente ao mês de ABR/2016 - CONTRATO N° 031/2015, que comprovam a implantação.

7. Itens 37/39 – A questão da repactuação iminente. Conforme correspondência eletrônica anexa a contratada reitera que até o momento não houve acordo entre os sindicatos e que está acompanhando diariamente a situação, e assim que possível entrará em contato.
8. Desta forma, solicito que seja dado andamento nos tramites para que a prorrogação seja efetivada com a maior brevidade possível. Nos colocamos à disposição para eventuais dúvidas e esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,



**Fernanda Freire de Araujo**  
Gerente-Executiva de Integração e Ressarcimento ao SUS  
Diretoria de Desenvolvimento Setorial



**MINUTA DO PRIMEIRO TERMO  
ADITIVO AO CONTRATO N.º 31/2015,  
FIRMADO ENTRE A AGÊNCIA  
NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR  
- ANS E O G4F SOLUÇÕES  
CORPORATIVAS LTDA**

A **AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS**, Autarquia Especial, vinculada ao Ministério da Saúde, criada pela Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.589.068/0001-46, com sede à Avenida Augusto Severo, nº 84, Edifício Barão de Mauá, Glória, na cidade do Rio de Janeiro – RJ, doravante denominada ANS, neste ato representado pelo Gerente Geral de Administração e Finanças, Mauricio Nunes da Silva, inscrito no RG sob o nº 09120976-7 – DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 012.428.137-05, Mat. SIAPE sob o nº 2500578, residente e domiciliado nesta cidade, nomeado pela Portaria nº 7.464, de 21 de agosto de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 24 de agosto de 2015, Seção II, página 32, consoante à competência que lhe foi delegada pelo Diretor-Presidente da ANS, nos termos do Regulamento de Licitações e Contratações da ANS, aprovado pela Resolução Administrativa – RA nº 47, de 19 de dezembro de 2011 e, do outro lado a empresa **G4F SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.094.346/0001-45, sediada na SHIN CA 05, Lote “F”, Loja 09 SE, Ed. San Raphael, Lago Norte, em Brasília/DF, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Elmo Toledo Lacerda, portador da Carteira de Identidade nº 2.754.057, expedida pela SSP/DF, e CPF nº 533.001.226-00, em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo, além da legislação correlata e autos do Processo nº 33902.632580/2014-06, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1** O presente Termo Aditivo tem por objeto:

**1.1.1** A prorrogação da vigência contratual por mais um período de 12 (doze) meses, iniciando-se a referida prorrogação em 22 de junho de 2016 e com término previsto para 22 de junho de 2017, com fulcro no inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/93;

**1.1.2** Redução do item 4.4 – Provisão para Rescisão, alínea ‘D’ – Aviso Prévio Trabalhado, da planilha de custos e formação de preços, passando de 1,94% para 0,97%, referente aos postos de Auxiliar de Serviços de Suporte, a partir da prorrogação, com base no parágrafo 4º, do art. 30-A, da Instrução Normativa nº 02/2008/SLTI/MPOG;

**1.1.3** A retificação do preâmbulo do Contrato, passando a considerar o CNPJ nº 07.094.346/0001-45, com fulcro no artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Fica resguardado o direito de a Contratada solicitar a repactuação do de preços, com base na Convenção Coletiva de Trabalho 2016/2017, desde que cumpridos os requisitos estabelecidos na Instrução Normativa nº 02/2008/SLTI/MPOG e posteriores alterações.



## CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS

**2.1** O valor mensal da contratação passará de R\$ 187.586,42 (cento e oitenta e sete mil, quinhentos e oitenta e seis reais e quarenta e dois centavos) para R\$ 186.234,07 (cento e oitenta e seis mil, duzentos e trinta e quatro reais e sete centavos), perfazendo a redução do valor anual de R\$ 2.251.037,04 (dois milhões, duzentos e cinquenta e um mil e trinta e sete reais e quatro centavos) para R\$ 2.234.808,84 (dois milhões, duzentos e trinta e quatro mil, oitocentos e oito reais e oitenta e quatro centavos).

## CLÁUSULA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**3.1** As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo correrão, no exercício de 2016, à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União a cargo da ANS, sob a seguinte classificação: Fonte 0174, Programa de Trabalho 10.125.2015.4339.0001 e Natureza de Despesa 33903701.

**3.2** As despesas do exercício seguinte e em caso de prorrogação deste contrato correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União a cargo da ANS, nos respectivos exercícios.

## CLÁUSULA QUARTA - DO EMPENHO DA DESPESA

**4.1** Para atender às despesas do presente Termo Aditivo foi providenciada a Nota de Empenho nº 2016NE\_\_\_\_\_.

## CLÁUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

**5.1** A ANS providenciará a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura para ocorrer no prazo máximo de vinte dias, daquela data.

## CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO

**6.1** Ficam ratificadas todas as demais cláusulas constantes do Contrato nº 31/2015, desde que não colidentes com as presentes cláusulas.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

PELA ANS

PELA CONTRATADA

\_\_\_\_\_  
MAURICIO NUNES DA SILVA  
Gerente Geral de Administração e Finanças

\_\_\_\_\_  
ELMO TOLEDO LACERDA  
Diretor-Executivo

### TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
NOME:  
CPF:

\_\_\_\_\_  
NOME:  
CPF:





Despacho nº 0663/2016/COGEC/GECOL/GGAFI/DIGES/ANS

Rio de Janeiro, 31 de maio de 2016.

**À Gerência Geral de Administração e Finanças,**

Assunto: Atendimento às orientações da GEADM e solicitação de emissão de empenho.

Protocolo: 33902.632580/2014-06

Vigência: 22/06/2016.

Prezado Sr. Gerente Geral de Administração e Finanças,

1. Trata-se de pretendida prorrogação do Contrato nº 31/2015, firmado entre a ANS e a empresa **G4F SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA**, inscrita no CNPJ: sob o nº 07.094.346/0001-45, cujo objeto é prestação de serviços de apoio administrativo, nas funções de auxiliar de serviços de suporte e líder de turma para atender às necessidades da Gerência Geral de Ressarcimento ao SUS - GGSUS.
2. O processo foi submetido à análise da PROGE, que emitiu o Parecer nº 000058/2016/GEADM/PFANS/PGF/AGU, às fls. 846/855. Em atendimento às suas orientações, temos:
3. Itens 10/12: Em cumprimento ao estabelecido no Decreto nº 7.689/12, ressalta-se a necessidade da autorização da prorrogação pela Diretoria Colegiada da ANS, autoridade máxima desta Autarquia, em razão do valor da contratação exceder o montante de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
4. Item 17: Quanto à regular prestação dos serviços, a fiscalização do contrato informa que a Contratada vem executando as atividades contidas no escopo do objeto contratual satisfatoriamente, fl. 859;
5. Item 19: Em relação à manutenção das condições iniciais de habilitação da Contratada, a fiscal do contrato realizou consulta ao portal do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e ao Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, demonstrando a manutenção da habilitação da Contratada até o presente momento, fls. 860/862. Ressalva-se a essencialidade de nova consulta ao SICAF posteriormente, uma vez que a validade do FGTS tornará expirada em 20 de junho de 2016, isto é, antes da assinatura do Termo Aditivo;
6. Itens 25/29: No que tange à análise dos custos fixos e variáveis não renováveis que já tenham sido amortizados ou pagos no primeiro ano de contratação, em atendimento ao determinado no parágrafo 4º, do art. 30-A, da Instrução Normativa nº 02/2008/SLTI/MPOG, a fiscalização contratual realizou negociação e a consequente redução do item 'Aviso prévio Trabalhado' da planilha de custos e formação de preços, **somente** aos postos de Auxiliar de



Serviços de Suporte, passando de 1,94% (um inteiro e noventa e quatro centésimos por cento) para 0,97% (noventa e sete centésimos por cento), a partir de 22 de junho de 2016. As planilhas para a prorrogação encontram-se acostadas às fls. 864/868.

7. Observa-se que o valor mensal atualmente contratado para o posto de Líder de Turma, de R\$ 5.508,31 (cinco mil, quinhentos e oito reais e trinta e um centavos) permanece inalterado.

8. Em vista disso, o valor contratual para a prorrogação passará a ter a seguinte configuração:

Posto	Qtde.	Valor unitário	Valor Mensal	Valor Anual	Total Anual	Redução (%)
CONTRATO						-0,72%
Líder de Turma	1	R\$ 5.508,31	R\$ 5.508,31	R\$ 66.099,72	R\$ 2.251.037,04	
Auxiliar de Serviços de Suporte	37	R\$ 4.921,03	R\$ 182.078,11	R\$ 2.184.937,32		
1º TERMO ADITIVO (com redução Aviso Prévio Trabalhado)						
Líder de Turma	1	R\$ 5.508,31	R\$ 5.508,31	R\$ 66.099,72	R\$ 2.234.808,84	
Auxiliar de Serviços de Suporte	37	R\$ 4.884,48	R\$ 180.725,76	R\$ 2.168.709,12		


9. Em que pese a Minuta do Primeiro Termo Aditivo, fl. 837, já tenha sido aprovada pela Gerência de Consultoria Administrativa, foi necessária a realização de ajustes no referido instrumento contratual, de forma a considerar a redução do Aviso Prévio Trabalhado, bem como a alteração dos valores contratados a partir da prorrogação contratual acostada à fl. 871;

10. Itens 30/36: Traz-se o esclarecimento de que a empresa G4F apresentou os documentos necessários para abertura/implementação da Conta Vinculada na ocasião da assinatura do Contrato nº 31/2015, conforme pode ser observado na documentação apensada às fls. 794/804 dos autos do processo. Não obstante, em complemento à documentação informada acima, a fiscalização contratual encaminhou o extrato atualizado da Conta Garantia aberta junto ao Banco do Brasil e Planilha de acompanhamento dos recursos contingenciados, referente ao mês de abril/2016, fls. 869/870:

11. Itens 37/39: A Contratada informou que até o momento não houve acordo entre os sindicatos patronal e dos trabalhadores, razão pela qual ainda não ocorreu a homologação da Convenção Coletiva de Trabalho, referente ao ano de 2016, impossibilitando, desta forma, a solicitação do pedido da repactuação contratual.

12. Conforme quadro abaixo resta demonstrado o atendimento aos itens elencados em supra, ressalvando somente, a necessidade da autorização da prorrogação pela autoridade máxima da ANS:






ITEM	APONTAMENTO DA PROGE	ATENDIMENTO	FOLHAS
10/12	Autorização da prorrogação pela Diretoria Colegiada da ANS (DICOL)	A prorrogação do Contrato nº 31/2015 será submetida à DICOL para conhecimento e autorização.	-
17	Informação quanto a regular prestação dos serviços	A fiscalização contratual informou que os serviços vêm sendo prestados satisfatoriamente até o presente momento.	859
19	Manutenção das condições iniciais de habilitação	Juntada de novas consultas ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedor (SICAF) e ao Portal da Justiça do Trabalho comprovando a regularidade da Contratada.	860/862
25/29	Análise dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido amortizados	Redução do item 'Aviso Prévio Trabalhado' de 1,94% para 0,97%, referente ao posto de auxiliar.	864/868
30/36	Implementação da Conta Vinculada	No momento da celebração do Contrato nº 31/2015, a G4F encaminhou a documentação para abertura da Conta Vinculada. Ainda, no intuito de apresentar os elementos comprobatórios da existência da Conta garantia, juntou-se aos autos do processo, o extrato do saldo e a planilha de contingenciamento dos encargos a serem destinados à referida conta.	794/804 e 869/870
37/39	Iminente repactuação	A Contratada informou que até o presente momento não houve acordo entre o sindicato patronal e dos trabalhadores, razão pela qual ainda não foi homologada a Convenção Coletiva de Trabalho para o ano de 2016.	863

13. Assim, após o atendimento das orientações desta Procuradoria Federal por intermédio do presente expediente, no que concerne à necessidade de autorização da prorrogação pela Diretoria Colegiada desta Agência, em cumprimento ao estabelecido no Decreto nº 7.689/12 (valor do contrato superior a um milhão de reais), encaminhem-se dos autos à GGAFI, e posterior remessa à DIRAD/DIGES e à DICOL para fins de autorização da prorrogação referente ao Contrato Administrativo n.º 31/2015.

Atenciosamente,

  
**JORGE SIMÕES DE JESUS JÚNIOR**  
 Gerente de Contratos e Licitações Substituto

Av. Augusto Severo, 84 Glória Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20021-040

[www.ans.gov.br](http://www.ans.gov.br)

Disque-ANS: 0800 701 9656



RLM-COGE


**ANS** Agência Nacional de Saúde Suplementar

Protocolo nº 33902. 460502 /2016-57

Data Registro: 01/06/2016 Hora: 16 h 51

Assinatura: Linia

Despacho n.º 322/2016/GGAFI/DIGES/ANS



Rio de Janeiro, 1º de junho de 2016.

### À DIRAD/DIGES

Assunto: Solicitação de inclusão da proposta de prorrogação do Contrato nº 31/2015 na pauta de reunião da Diretoria Colegiada

Protocolo: 33902.632580/2014-06

Vigência: 22/06/2016.

Sra. Diretora Adjunta,

1. Dando cumprimento aos itens 10/12, 17, 19, 25/39 e do Parecer nº 00058/2016/GEADM/PFANS/PGF/AGU, juntado às fls. 846/855, autorizo a prorrogação, do contrato nº 31/2015.
2. Informo que se trata de pretendida prorrogação do Contrato nº 31/2015, cujo objeto é prestação de serviços de apoio administrativo, nas funções de auxiliar de serviços de suporte e líder de turma para atender às necessidades da Gerência Geral de Ressarcimento ao SUS - GGSUS, com ampliação da vigência de 22/06/2016 a 22/06/2017.
3. O valor anual da prorrogação passará a ser de R\$ 2.234.808,84 (dois milhões, duzentos e trinta e quatro mil, oitocentos e oito reais e oitenta e quatro centavos), devendo, portanto, ser autorizada nos termos do inciso I, § 2º, art. 2º do Decreto nº 7.689, de 02 de março de 2012.
4. Atendidas às recomendações do mencionado Parecer, por intermédio do Despacho nº 663/2016/GECOL/GGAFI/DIGES/ANS, fls. 872/873, encaminho o presente processo administrativo, solicitando que os atos de prorrogação de vigência do Contrato nº 31/2015, sejam aprovados pela Diretoria Colegiada.
5. Saliento, por fim, que a documentação pertinente com a finalidade de instruir a aprovação pela DICOL será encaminhada por meio de correio eletrônico.

  
WASHINGTON PEREIRA DA CUNHA  
Gerente-Geral de Administração e Finanças Substituto

*De acordo!*  
*à COADC*  
*pl. deliberacões*  
*boa Dicol*  
*02/06/16*  
Disque-ANS: 0800 701 9656  
Carla de Figueiredo Soares  
Diretora Adjunta de Gestão





**EM BRANCO**

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE REGISTRO CIVIL

1940-1941

2000